

MINUTA^{1 2}

POR UM DEBATE SOBRE O SISTEMA PROSTITUCIONAL ABERTO A TODAS AS CONCELHIAS, ESTRUTURAS E SOCIEDADE CIVIL

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

Nos últimos 20 anos, a Juventude Socialista tem assumido, e bem, a batalha, a nível interno dentro do Partido, pela dignidade das pessoas prostituídas e por um modelo digno naquilo que se considera ser o trabalho sexual. Neste momento, em Portugal, a prostituição não é proibida, tal como outras formas de trabalho sexual, mas também não está devidamente legalizada, deixando as pessoas do meio completamente expostas a várias formas de violência física e mental. Sendo assim, urge seguir um caminho que dê dignidade a estas pessoas.

No entanto, consideramos que o debate sobre o caminho a seguir, dentro da lógica de regulamentação ou abolição, ainda está longe de estar terminado, e achamos que é mais pertinente reabrirmos o debate, não só a nível nacional como também nas estruturas locais.

Um dos argumentos dados na defesa das propostas mais liberais, como a da despenalização total como existe na Nova Zelândia, ou a da legalização total como ocorreu na Alemanha ou nos Países Baixos, é o da proteção da integridade física e mental das pessoas prostituídas através da regulação. No entanto, nem sempre é o que se verifica. O caso neozelandês, para já, parece estar a ser um sucesso, mas casos como os da Alemanha ou dos Países Baixos mostraram um enorme retrocesso nomeadamente na proteção das mulheres prostituídas. Por exemplo, na Alemanha, a prostituição está legalizada desde 2002 e já houve 91 mulheres mortas por chulos e 48 tentativas, ao passo que nos Países Baixos houve 127 prostitutas mortas nos últimos 30 anos. Todos os dados são curtos e facilmente manipuláveis, no entanto, as falhas da regulamentação ou até da descriminalização são explicáveis. Estes modelos não só não impedem que a clandestinidade exista como, pelo contrário, esse paradigma poderá beneficiar tanto ou até mais quer os interesses de chulos e proxenetas quer a violência

¹ O preenchimento da Minuta não poderá ultrapassar duas páginas.

² A Moção de Resolução Política não poderá ultrapassar duas páginas, e deverá ser utilizado um tamanho de letra nunca inferior a 12.

misógina tanto dos mesmos como de quem solicita. Com a legalização, os chulos e proxenetas podem passar a ser vistos como meros agentes, ao passo que a descriminalização total inviabiliza qualquer intervenção contra os mesmos.

Por outro lado, existem outros modelos que permitem proteger as pessoas na atividade ao mesmo tempo que se ataca o problema pela raiz, alguns deles preconizados por partidos/governos irmãos do Partido Socialista. O governo espanhol tem bem encaminhada a aprovação do modelo abolicionista, que já existe na Suécia desde 1999, também implementado pela mão dos Sociais Democratas. Este modelo, que, como o nome indica, visa abolir a prostituição, não criminaliza os trabalhadores do sexo, vendo-os como vítimas da sociedade patriarcal e capitalista e procurando-os reintegrar na sociedade e no mercado de trabalho, criminaliza sim quem procura e quem facilita compra e venda de sexo com fins lucrativos (o chamado lenocínio, também criminalizados em Portugal). Os resultados na Suécia são animadores: desde 1999, apenas uma mulher ex prostituta foi assassinada, e não por um chulo mas sim pelo ex marido.

O objetivo desta moção não é defender a adoção de nenhum modelo nem fazer a sua apologia, mas sim abrir o debate a outras perspetivas, nas várias estruturas da JS, acreditando que existem outros modelos que protegem as pessoas da atividade para além da regulamentação de uma atividade cujo contexto naquilo que é o consentimento será sempre questionável, e tudo isto sem adotar perspetivas moralistas ou de costumes sobre o trabalho sexual.

A Juventude Socialista,

- *Propõe a criação de um gabinete de estudos ou grupo de trabalho sobre o trabalho sexual, que trabalhe em conjunto com ONGs, ativistas feministas, vítimas de tráfico humano e trabalhadores e trabalhadoras do sexo;*
- o *Garante a imparcialidade desse gabinete, não se alinhando preferencialmente com nenhum dos modelos;*
- *Destaca centralidade do debate sobre esta temática nos próximos dois anos, promovendo debates constantes não só a nível nacional mas também nas estruturas locais;*
- *Compromete-se a ter o debate sobre o modelo prostitucional como uma das suas bandeiras neste mandato, apresentando a sua posição final na moção global de estratégia do próximo mandato.*

Braga, 17 de dezembro de 2022